

Investigaciones actuales de las mujeres y del género

Edición a cargo de
Rita M^a Radl Philipp

[2010] Universidade de Santiago de Compostela

ÍNDICE

7	PRIMERA PARTE Teoría y Epistemología
9	RITA M ^a RADL PHILIPP <i>A modo de introducción: Aspectos epistemológicos de las investigaciones de las mujeres y del género</i>
23	BRIGIT RIEGRAF <i>Times of Change: Epistemological, methodological and methodical perspectives on gender studies</i>
37	AMPARO MORENO SARDÁ <i>Mujeres y Ciencia: de la negación y la invisibilidad, a las aportaciones para la renovación de las Humanidades y las Ciencias Sociales en la era digital</i>
59	LUISA SAAVEDRA <i>Psicología feminista em Portugal: dificuldades e conquistas</i>
79	SEGUNDA PARTE Participación Laboral y Género
81	LIVIA DIANA ROCHA <i>Género, participación laboral, educacional y procesos formativos</i>
91	RITA M ^a RADL PHILIPP <i>Diferencias de Género, empleo de las Mujeres y el nuevo rol de género femenino</i>
109	ANA PAULA MARQUES <i>Desigualdades de género no mercado de trabalho: 'Retratos' contemporâneos de persistência de dominação masculina</i>
129	ROSARIO GIL GALVÁN <i>Perfil académico de las egresadas y egresados desde una perspectiva de género</i>

INVESTIGACIONES actuales de las mujeres y del género / edición a cargo de Rita M^a Radl Philipp. – Santiago de Compostela : Universidade, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, 2010. – 295 p. ; 24 cm. – D.L. C.1555-2010. – ISBN 978-84-9887-292-7

1. Estudos sobre as mulleres. 2. Igualdade de xénero. I. Radl Philipp, Rita M^a, ed. II. Universidade de Santiago de Compostela. Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, ed.

396

DESEÑO DE CUBERTA
Servizo de Publicacións
e Intercambio científico

MAQUETA E IMPRIME
Imprenta Universitaria
Campus universitario sur

EDITA

Servizo de Publicacións
e Intercambio científico
Campus universitario sur
15782 Santiago de Compostela
www.usc.es/publicacions

DEP. LEGAL C1555-2010
ISBN 978-84-9887-292-7

Psicología feminista em Portugal: dificuldades e conquistas

LUÍSA SAAVEDRA
Universidade do Minho

Resumen: Se pretende con este artículo hacer un balance de lo que ha sido la Psicología Feminista en Portugal. Teniendo en cuenta que cada ciencia comporta evoluciones y posiciones epistemológicas y metodológicas distintas, comenzaremos por trazar, en líneas generales, algunos marcos de la psicología en cuanto al modo de abordar las cuestiones de las mujeres y los hombres y definiendo lo que se entiende por psicología feminista. Seguidamente serán evidenciados algunos aspectos políticos y sociales que han condicionado el desarrollo de la psicología y del movimiento feminista en Portugal. Finalmente se mostrarán las principales dificultades y logros que esta área de conocimiento presenta en Portugal, distinguiendo un primer período a partir de la revolución que pone fin al régimen fascista y un segundo período referente a los últimos 10 años.

Palabras clave: fascismo, psicología de la mujer, psicología feminista.

Summary: In this article, we present an overview of the Portuguese history of Feminist Psychology. Taking into consideration that each science comprises epistemological evolutions and positions, as well as distinct methodologies, we begin by briefly characterising some of Psychology's milestones with reference to the approaches to women's and men's issues as well as by defining feminist psychology. Subsequently, we describe some of the political and social aspects that conditioned the development of the Portuguese feminist movement. Finally, the main difficulties and achievements within this domain in Portugal are presented, with a focus on the period following the revolution that ended fascism, as well as during the last ten years.

Keywords: Fascism, women's psychology, feminist psychology.

INTRODUÇÃO

A afirmação da teoria e metodologia feminista não foi fácil em nenhuma área de conhecimento, tendo em conta que esta abordagem veio questionar os pilares essenciais da ciência dominante em qualquer das ciências sociais e humanas (Burman, 1998; Wilkinson, 1997). A psicologia, profundamente influenciada pela biologia, fisiologia e pela física newtoniana (Schultz & Schultz, 1992), procurou seguir de perto os fundamentos epistemológicos e metodológicos destas ciências tendo-se, assim, guiado por princípios empiricistas e positivistas que defendiam um conhecimento objectivo, isento de valores sociais, políticos e morais (Gergen, 2001). Estes princípios impuseram-se até mesmo quando, nos anos 60 e 70, a psicologia da mulher veio denunciar as lacunas e generalizações abusivas de um saber que identificava o masculino com o universal excluindo assim as mulheres como objecto de estudo (Collin, 1991). O movimento feminista veio a ter um papel determinante nos desenvolvimentos da psicologia da mulher e da psicologia feminista (Rose, 1986) tanto ao nível dos seus avanços como dos seus retrocessos (Mednik, 1989).

Portugal, marcado por 48 anos de um regime fascista, viu-se a braços com dificuldades acrescidas tanto no que diz respeito ao desenrolar do movimento feminista, como na própria criação da psicologia a nível académico. Estes marcos políticos e sociais não facilitaram o caminho do feminismo dentro da psicologia e a afirmação de uma psicologia feminista. Tendo por objectivo traçar um quadro do que têm sido os estudos da mulher em Portugal e das dificuldades e desafios que enfrenta neste momento a psicologia feminista neste País começar-se-á, numa primeira parte, por evidenciar alguns marcos epistemológicos e metodológicos da psicologia, a nível internacional, na forma de tratar as questões das mulheres e homens. Procurar-se-á, ainda delimitar o que se entende por psicologia da mulher e por psicologia feminista. Seguidamente, será feita referência a alguns aspectos marcantes do regime fascista e à forma como condicionou a visão da mulher, o próprio movimento feminista em Portugal e o desenvolvimento da psicologia de uma forma geral. Finalmente, apresentar-se-ão as principais dificuldades e conquistas que a psicologia feminista enfrenta em Portugal, distinguindo-se um primeiro período a seguir à revolução e um segundo período relativo aos últimos 10 anos.

DA DIFERENÇA ENTRE OS SEXOS À PSICOLOGIA FEMINISTA

As dificuldades de afirmação dos estudos feministas no âmbito da psicologia, tornam-se mais inteligíveis se compreendermos os alicerces epistemológicos

e metodológicos que fundamentaram, ao longo dos tempos, a abordagem de mulheres e homens nesta disciplina. Assim, traçar-se-á, em linhas gerais, alguns pontos marcantes da psicologia nesta matéria. Para começar é fundamental clarificar que desde que a psicologia se constituiu como ciência, as diferenças entre homens e mulheres foram alvo de diversas conceptualizações ontológicas, epistemológicas e metodológicas. No seu início a ciência psicológica seguiu um modelo predominantemente biológico que impunha a utilização de métodos experimentais e psicométricos para a avaliação das diferenças individuais (Nogueira, 2000) e que, nos finais do século XIX e princípios do século XX, serviram para atestar a inferioridade intelectual da mulher. Esta foi relativamente aceite pela grande maioria dos autores, que apoiavam as suas afirmações em domínios como a capacidade motora, fisiologia e anatomia cerebral -parâmetros considerados na altura para a avaliação da inteligência-, entre outros (Hall, 1904). Cerca de 20 a 30 anos de estudos nesta matéria e a inconsistência dos resultados sobre as diferenças entre os sexos levou a algum desencanto e a um certo abandono desta temática. No entanto, Lewis Terman e Catherine Cox Miles seguiram, a partir de 1936, uma linha um pouco distinta tendo procurado identificar e medir atributos psicológicos de homens e mulheres a fim de revelar incongruências entre o sexo biológico e o sexo psicológico e identificar a homossexualidade ou predizer problemas no ajustamento conjugal (Morawski, 1987). Este tipo de investigação obteve grande popularidade durante algumas décadas e veio a dar origem a um conjunto de estudos em que procurava determinar diferenças de personalidade entre os sexos. Nos anos 70, Broverman, Vogel, Broverman, Clarkson e Rosenkrantz (1972), identificaram um conjunto de características distintivas entre homens e mulheres. Os homens eram vistos como independentes, agressivos, auto-confiantes, activos, capazes de tomar decisões e com capacidade de liderança enquanto as mulheres eram, geralmente, vistas pelo pólo oposto: dependentes, subjectivas, passivas e ilógicas.

Em qualquer dos casos, quer os estudos que fundamentavam as diferenças entre os sexos nos aspectos biológicos e fisiológico, quer os que se apoiaram em diferenças de personalidade, assentam em características consideradas estáveis, universais, e situadas no indivíduo e remetem a mulher para uma posição de inferioridade. Nesta fase, a psicologia serviu então para "reforçar papéis sexuais normativos para as mulheres e justificar práticas opressivas" (Wilkinson, 1997, p. 253) baseando-se em explicações individualistas, que minimizavam os contextos sociais e políticos.

Contudo, a partir da segunda vaga do feminismo (Kaplan, 1992), a ciência tradicional começa a ser questionada e começam a estabelecer-se ligações entre ela e os problemas centrais do movimento feminista (Rose, 1986). Estas alterações con-

duziram à criação da Divisão 35 (*Psychology of Women Division*) no seio da APA, em 1974 (Amâncio, 2001; Unger, 1998; Wilkinson, 1997). A partir daqui e até aos anos 90, o grande debate da psicologia vai girar em torno de vários eixos divergentes: (1) argumentos para justificar a igualdade de características entre os sexos/gêneros, criticando a forma como a investigação foi conduzida onde se destacam deficiências na composição sexual da amostra, enviesamento dos resultados, entre outros (Hare Mustin & Marecek, 1990c; Riger, 1992); (2) argumentos para justificar as diferenças entre os gêneros, que seriam fruto da socialização (Eagly, 1987); (3) valorização das diferenças entre os gêneros (Chadorow, 1978; Gilligan, 1982) e (4) destruição da associação entre o sexo e género, como acontece no conceito de androginia psicológica (Bem, 1974), no qual a autora defende a independência entre o sexo biológico e as componentes psicológicas da personalidade.

Apesar de todo o mérito da "psicologia da mulher" no sentido de ter tentado minorar o enviesamento androcêntrico presente na psicologia (Burman, 1998; Crawford, 1998; Wilkinson, 1997) esta abordagem continuou a apoiar-se em posturas empiricistas, mantendo os mesmos métodos e instrumentos de investigação e estando ao lado da psicologia dominante, no seu essencial (Burman, 1998). No entanto, a partir dos anos 90, com o surgimento do construcionismo social, do pós-estruturalismo e a integração da teoria crítica na psicologia e da "viragem para a linguagem" ou discurso (Wood & Kroeger, 2000), o foco da preocupações deixa-se de se centrar na determinação das diferenças ou semelhanças entre homens e mulheres e volta-se para o próprio significado da diferença e como estas são socialmente construídas (Hare-Mustin & Marecek, 1990a, 1990b; Riger, 1992). O género passa a ser encarado, não como um atributo do indivíduo, mas antes como uma construção social, algo que se constrói e reconstrói nas interações e transações sociais governando o acesso ao poder e aos recursos (Crawford, 1995). Nesta construção social da realidade (Burr, 1995) a linguagem detém um papel central (Gergen, 1982) e este voltar-se para a linguagem permita desenvolver novos quadros teóricos e metodológicos em que o Discurso¹ detém um papel central, dando origem à Análise de Discurso, que será mais detalhadamente descrita adiante. Todas estas novas conceptualizações permitem a delimitação de uma psicologia feminista. Sucintamente, esta pode definir-se a partir de alguns eixos centrais, onde se destaca: (1) integrar uma motivação política no sentido da

1 Por discurso entendem-se os «padrões de significados que organizam os vários sistemas simbólicos que os seres humanos habitam e que são necessários para fazermos sentido uns para os outros» (Parker, 1999, p. 3).

mudança social e das suas desigualdades, defendendo uma íntima ligação entre a psicologia e o movimento feminista; (2) tomar como ponto de partida as mulheres e as suas experiências e (3) desafiar uma visão tradicional de ciência (Brayton, 1997), defendendo, a subjectividade, o posicionamento crítico e a reflexividade como parâmetros epistemológicos e metodológicos (Azevedo, 1995; Wilkinson, 1988).

MARCAS DO REGIME FASCISTA NA PSICOLOGIA E FEMINISMO EM PORTUGAL

Enquanto a Psicologia se debatia, na Europa e Estados Unidos, com as questões das diferenças entre homens e mulheres e construía instrumentos para distinguir os atributos de personalidade entre os sexos, Portugal vivia sob um regime ditatorial fascista (de 1926 até 25 de Abril de 1974) que durou cerca de 50 anos. Neste período as fortes ligações com a religião católica foram dominantes, o que deixou marcas indeléveis na sociedade portuguesa, impedindo que acompanhasse outros países da Europa e do mundo em muitas áreas ligadas à emancipação da mulher e da igualdade em geral. Este período dificultou ainda o desenvolvimento de certos domínios do conhecimento ligado às ciências sociais e humanas² (Ruwer, Nogueira & Saavedra, 2007). O regime fascista teve assim um papel repressor, quer no que diz respeito à psicologia, quer no que diz respeito ao movimento feminista, dificultando duplamente a afirmação de uma psicologia da mulher. Assim, não foi seguramente por acaso que o primeiro curso de psicologia surge no domínio de uma Universidade Privada, em 1968, com o apoio da Igreja Católica. Nesse curso assumia-se que a investigação e ensino se deviam guiar pelos princípios cristãos e o plano curricular integrava Teologia e Psicologia Religiosa (Borges, 1986). Assim, enquanto se assiste, em diversas partes do mundo, nos anos 60, a uma acentuada entrada das mulheres na Academia e ao surgimento da segunda vaga feminista (Kaplan, 1992), denunciando os enviesamentos das ciências, em Portugal não existia ainda nenhum curso de psicologia a funcionar em Universidades Públicas, o que só viria a acontecer em 1976, ou seja, dois anos após a revolução do 25 de Abril e 8 anos após a criação do referido curso privado (Gonçalves & Almeida, 1995; Nogueira, Saavedra & Neves, 2006).

2 Isto não significa que os estudos em Psicologia estivessem ausentes no panorama nacional, mas não através de uma psicologia institucionalizada. A psicologia foi aplicada no campo médico, pedagógico e da orientação escolar e profissional e mais tarde teve um importante papel durante a guerra colonial. Para mais detalhes ver Gonçalves & Almeida (1995) e Nogueira, Saavedra e Neves (2006).

No que diz respeito ao movimento feminista, no seu início, em finais do século XIX, este movimento não é muito distinto da primeira vaga feminista na maior parte dos países europeus e americanos. No entanto, o fascismo e a consequente destruição dos movimentos feministas vão alterar radicalmente as suas configurações futuras. A Constituição fascista de 1933 estabeleceu a igualdade dos cidadãos sem deixar, no entanto de ressaltar no que diz respeito à mulher, as diferenças inerentes à sua natureza e ao bem-estar da família (Belo, Alão & Cabral, 1987). Assim, na lei eleitoral de 1934 apenas algumas mulheres tinham direito de voto destacando-se aquelas com um diploma universitário ou especial secundário e as que eram encaradas como chefes de família, ou seja, viúvas, separadas e cujos maridos estivessem ausentes. Em termos gerais, a mulher era encarada como um elemento da família e o seu trabalho fora de casa era negativamente avaliado por ser considerado como fonte de desagregação do lar e de separação dos membros da família (Belo, Alão & Cabral, 1987; Tavares, 2000). No entanto, Salazar, chefe do governo fascista, atribuiu a algumas mulheres funções políticas precisas no âmbito da defesa da família e do trabalho doméstico como é o caso das deputadas eleitas em 1934 e que viriam a assumir a direcção da *Obra das Mães para a Educação Nacional e Mocidade Portuguesa Feminina*. A primeira destinava-se essencialmente às mulheres, enquanto a segunda se orientava fundamentalmente para a escola e as jovens. Estas organizações promoviam um dos pilares da ideologia fascista de Salazar e que se resumia na defesa da religião, da pátria e da família (Ruwer, Nogueira & Saavedra, 2007; Lamas, 1995).

Apesar de todas as limitações impostas pelo regime fascista de Salazar e posteriormente de Marcelo Caetano, ainda assim nos anos 60 e 70 as mulheres tiveram uma participação activa no combate à guerra colonial, pela libertação dos presos políticos e na luta pelo direito de voto. De salientar, neste período, a criação do *Movimento Democrático de Mulheres*, em 1968, e a publicação das "Novas Cartas Portuguesas", de Maria Teres Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa, também conhecidas pelas "Três Marias" (Ruwer, Nogueira & Saavedra, 2007). Verifica-se, assim, que pouco antes do 25 de Abril, se assistiu a uma intensificação do feminismo, mas este só adquiriu verdadeiramente visibilidade a seguir à Revolução.

DIFICULDADES E DESAFIOS NA PSICOLOGIA FEMINISTA EM PORTUGAL

Os cerca de 50 anos da História portuguesa, acabados de referir, deixaram marcas tão profundas que mesmo após a queda do fascismo, os movimentos feministas portugueses assumem aspectos muito particulares e em consequência

disso também a implantação dos "estudos das mulheres" e dos "estudos feministas" vão adquirir contornos muito específicos (Nogueira, Saavedra & Neves, 2006). Assumindo que o período que se segue à revolução apresenta características distintivas dos últimos 10 anos e que só neste último se pode falar de uma psicologia feminista em Portugal, distinguiremos duas fases nas ciências sociais e na psicologia em Portugal: de 1974 até aos finais dos anos 90 e dessa data até à actualidade, centrando-se este artigo mais detalhadamente na última.

De 1974 até finais dos anos 90

Os movimentos de mulheres que surgiram após o 25 de Abril apresentaram características muito particulares. Apesar de as organizações de mulheres terem sido bastante numerosas e de muitas das suas reivindicações terem marcado algumas mudanças significativas na vida das mulheres portuguesas, a maior parte delas nunca se assumiu claramente como feminista. Por outro lado, grande parte das alterações legislativas que beneficiaram as mulheres - tais como a direito ao divórcio, a licença de maternidade ou a anulação da figura de chefe de família - não resultaram da pressão de grupos de mulheres, mas sim de um contexto global de democratização da sociedade portuguesa. Este quadro constitucional tão favorável pode ter sido, em grande parte, responsável pelo enfraquecimento dos movimentos de mulheres. Além disso, havia muitas outras questões sociais e económicas que necessitavam de resposta urgente e que dispersaram a atenção dos movimentos de mulheres (Tavares, 2000).

Apesar de se pudermos identificar três correntes no feminismo português - feminismo radical, feminismo socialista-marxista e feminismo liberal - estas nem sempre se assumiram claramente como tal e o debate teórico foi sempre reduzido, o que não favoreceu nem os estudos das mulheres, nem outras abordagens feministas (Joaquim, 2001; Tavares, 2000). Ao mesmo tempo a entrada da grande maioria de mulheres na Academia, apenas nos anos 80 (cerca de 20 anos após a sua grande afluência em outros Países), pode estar na base da fraca implantação do feminismo ao nível universitário e pouca credibilidade na comunidade científica portuguesa. (Amâncio, 2001; Joaquim, 2001; Magalhães, 2001). Daí que em 1987, um questionamento às docentes universitárias acerca da investigação que levavam a cabo tivesse indicado que a maioria referiu trabalhar em estudos das mulheres e não em estudos feministas. Em 1995, Marianne Granel e Erna Kas, ao publicarem um levantamento sobre os estudos das mulheres em Portugal, salientaram a dimensão oculta desta área de conhecimento, dispersa nas mais variadas

áreas académicas e prevendo a sua continuação como um campo de estudo pouco significativo (Ferreira, 2001).

Apesar destas dificuldades, nos anos seguintes parece ter havido consideráveis desenvolvimentos (Ramalho, 2001), considerando-se que o grande arranque partiu da Sociologia e da Psicologia, que eram novos domínios de saber no País, e talvez por isso mais abertos à inovação (Magalhães, 2001). Este alargamento reflectiu-se na investigação científica nacional e na criação em 1991 da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM) e na publicação da sua revista *Ex aequo*, oito anos depois. Em 1995, foi criado o primeiro Mestrado em Estudos sobre as Mulheres, na Universidade Aberta e em 1997 o projecto "Fases da Eva", na Universidade Nova de Lisboa. A partir de 1999 é publicada a Revista com o mesmo nome, para citar apenas as primeiras iniciativas (Ruwert, Nogueira & Saavedra, 2007). A partir de certo momento houve uma tentativa de criar uma rede de investigadoras nos estudos das mulheres, tentativa que não foi bem sucedida. Este insucesso parece estar ligado com um dilema clássico, ou seja, a adopção de uma estratégia separatista (criando, por exemplo, um núcleo dentro das Universidades, por exemplo) ou integracionista (integrados e transversais às várias disciplinas). No que diz respeito à Associação Portuguesa de Estudos das Mulheres esta cons tituiu-se adoptando essencialmente uma estratégia transdisciplinar, mas posições dentro da APEM sobre a designação de estudos das mulheres, estudos de género ou estudos feministas não são unânimes (Ruwert, Nogueira & Saavedra, 2007).

Dos finais dos anos 90 à actualidade

No âmbito específico da Psicologia, a primeira tese de doutoramento que se poderia enquadrar nos estudos feministas surge em 1997 da autoria de Conceição Nogueira (Amâncio, 2002) que viria a ser posteriormente orientadora da minha tese de doutoramento, concluída em 2001 (Saavedra, 2001). Este pode ser considerado o embrião da psicologia feminista em Portugal.

Antes de avançar na situação do feminismo na psicologia em Portugal, importa deixar bem claro que muitas das críticas empiricistas e positivas que foram facilmente reconhecidas e ultrapassadas em outras ciências sociais como a antropologia, a história ou a sociologia, têm constituído árduas lutas na psicologia. Na verdade, não se trata unicamente do feminismo e das questões das mulheres e de género. Outras temáticas teóricas e de investigação como a classe social, a raça/etnia e/ou a orientação sexual têm tendência a ser marginalizados na psicologia (e.g. Blustein, 2006). Por um lado, por fazerem apelo a um domínio ideológico/

político³ e, por outro, por estarem para além do âmbito individual pelo qual a psicologia se pautou ao longo de praticamente toda a sua existência. E, no entanto, estes critérios têm sido cruciais na definição daquelas e daqueles que se assumem como feministas na psicologia: o reconhecimento da ligação da psicologia com a dimensão política e o movimento feminista, o questionamento das posições positivistas-empiricistas da ciência moderna e a ênfase na mudança social (e.g. Amâncio & Oliveira, 2006; Burman, 1998; Wilkinson, 1997).

No entanto, e apesar de todas as limitações e dificuldades de afirmação na Academia a primeira mostra de investigação de Psicologia Feminista surge com alguma visibilidade em 2006 no VI Simpósio Nacional de Investigação Psicológica, organizado pela Associação Portuguesa de Psicologia, no qual são constituídas duas mesas de comunicações em Psicologia feminista, num total de 12 comunicações, onde são apresentados quer contributos teóricos, quer trabalhos de investigação, quer projectos de intervenção. Desde então, entre professores e professoras e seus alunos e alunas de doutoramento os trabalhos que se auto-denominam de feministas têm-se alargado prevendo-se a apresentação de 26 comunicações no próximo Simpósio da Associação Portuguesa de Psicologia a realizar em 2009.

De 2006 para 2009 o número de investigadores e investigadoras a trabalhar em diversas Academias onde a Psicologia é leccionada subiu de seis para nove, integrando neste momento este número três elementos do sexo masculino, o que se afigura um facto com alguma relevância, tendo em conta que os estudos feministas e, ainda mais na área da psicologia, têm sido maioritariamente conduzidos por mulheres.

Estas posturas feministas têm se reflectido em temas de pesquisa que evidenciam experiências particulares das mulheres ou homens e metodologias de investigação e métodos de recolha de dados essencialmente qualitativas⁴, em que se tem dado especial relevância à Análise de Discurso.

Nos temas de investigação, a mulher (e/ou o homem) tem sido enfatizada como objecto de estudo por si mesma, com as suas problemáticas e experiências específicas e não unicamente por comparação com o homem. É o caso do trabalho de Ana Sofia Neves (2003; 2008) sobre a violência de género e os estudos condu-

3 Como dizia Celia Kitzinger em 1990: "Todas as disciplinas definem as suas fronteiras e censuram quem está para além delas - e a política está decididamente fora das fronteiras para o psicólogo" (p. 132).

4 Sem menosprezar, contudo, as recolhas de dados quantitativas que têm servido para evidenciar situações de desigualdade ou discriminação.

zidos por João Oliveira sobre a interrupção voluntária da gravidez (Oliveira, 2002, 2009). As questões associadas à orientação sexual têm sido um tema motivador para as investigadoras e investigadores portuguesas e que está patente na pesquisa conduzida por Gabriela Moita (2006), sobre os discursos de discriminação dos profissionais de saúde sobre a homossexualidade ou o estudo sobre discursos de lesbicas Portuguesas (Oliveira, Pena & Nogueira, *no prelo*) ou ainda o projecto de investigação recentemente apoiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, da responsabilidade de Conceição Nogueira sobre “Cidadania sexual das (mulheres) lesbicas em Portugal: experiências de discriminação e possibilidades de mudança” e o Projecto “Estudo sobre discriminação em função da orientação sexual e da identidade de Género”, este último promovido pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. A construção da masculinidade em diferentes situações e contextos tem conduzido a investigação de alguns autores, nomeadamente o de Luís Santos (2009) sobre a vivência emocional no quadro de situações de ruptura relacional ou o trabalho realizado por António Marques (Marques & Amâncio, 2004; Marques 2005) em domínios profissionais dominados por homens.

Refiram-se ainda, no âmbito da psicologia da educação e vocacional, os trabalhos que têm procurado explicitar as dificuldades das jovens para realizarem um compromisso vocacional com certas áreas consideradas tipicamente masculinas (Ferreira, Saavedra & Taveira, 2008), como as jovens antecipam o conflito família-trabalho de forma distinta em função do seu estatuto socioeconómico (Saavedra & Taveira, 2006) ou ainda aqueles que evidenciam o modo com as revistas de adolescentes fomentam a construção de uma sexualidade heteronormativa e vinculada a um duplo padrão sexual que se tem revelado particularmente negativa para as raparigas. (Magalhães, Saavedra & Nogueira, 2008). Um pouco na mesma linha das revistas e da comunicação social Rosa Cabecinhas tem orientado projectos sobre a imagem das mulheres na imprensa e nos meios televisivos (Ribeiro, Cerqueira, & Cabecinhas, *no prelo*; Cerqueira, Ribeiro & Cabecinhas, *no prelo*).

É, no entanto, importante referir que tal como em outros países, também em Portugal muitas pessoas investigam sobre género e não se encontram vinculados a teorias, posturas epistemológicas e movimentos feministas, nem tão pouco se assumem pública e academicamente como feministas. Dos 20 projectos de investigação aprovados pela FCT no ano de 2008 e subordinados ao tema “relações sociais de género e políticas para a igualdade entre homens e mulheres em Portugal”, apenas duas das investigadoras responsáveis são psicólogas que se assumem como feministas e se dedicam teórica e metodologicamente a esta área de investigação. Alguns projectos são claramente identificáveis como sendo de cariz feminista (o

caso de projectos sobre violência de género; mulheres em prisões; a gestão do tempo e das tecnologias nas mulheres e aspectos relativos ao trabalho, na emigração, nas empregadas domésticas, por exemplo) mas as investigadoras/es responsáveis situam-se fora da área da psicologia. Outros projectos apresentados por profissionais de psicologia parecem à partida poder situar-se numa linha de estudos de género, embora esta seja uma suposição exclusivamente baseada numa análise superficial dos projectos apresentados e dos fundamentos teóricos para os mesmos.

No que diz respeito às metodologias de investigação, estas têm sido guiadas por pesquisas quantitativas que evidenciam situações de desigualdade e discriminação e paralelamente tem havido um grande número de trabalhos orientados pelas metodologias qualitativas apoiadas fundamentalmente na Análise de Discurso de inspiração foucaudiana. No que diz respeito às recolhas quantitativas, refira-se a título de exemplo o estudo já acima citado “Estudo sobre discriminação em função da orientação sexual e da identidade de Género” e parte do projecto “Mulheres nas Ciências, Engenharias e Tecnologias: o efeito do ‘oleoduto que pinga”, pela qual sou a investigadora responsável e que numa fase inicial procura mapear a representação numérica em Portugal de mulheres em cursos do Ensino Superior nas áreas das Ciência, Tecnologias e Engenharias.

Contudo, este grupo de nove pessoas tem recorrido preferencialmente à Análise de Discurso como metodologia de recolha de dados. A Análise de Discurso, embora seja uma abordagem teórica e metodológica aplicada em muitas áreas de saber desde a linguística e semiótica até à ciência política, teve também grandes repercussões na psicologia, sobretudo no Reino Unido, com base nos trabalhos desenvolvidos por Potter e Wetherell (1987), Ian Parker (1992) e Carla Willig (2003). A Análise de Discurso sendo uma abordagem recente na psicologia, tem-se progressivamente constituído como alternativa aos métodos tradicionais de investigação da vida social (Wood & Kroeger, 2000). Apesar de não existir, uma única variedade de análise de discurso todas elas partilham uma rejeição da noção realista de que a linguagem é um meio neutro de reflectir e descrever o mundo, uma rejeição de que a linguagem seja um mero meio de aceder a estruturas cognitivas internas e a convicção da importância central do discurso na construção da vida social (Willig, 2003; Wood & Kroeger, 2000). Dentro da Análise de Discurso a abordagem Foucaudiana caracteriza-se por uma macroanálise, procurando examinar de uma forma crítica as práticas sociais e culturais, frequentemente numa perspectiva marxista. A sua principal preocupação é compreender o discurso na sua relação com os problemas sociais. Esta é a metodologia mais usada por este grupo de pessoas e julgo que a opção por este tipo de análise tem

servido os pressupostos feministas do grupo em termos de investigação, tendo sido aplicado tanto nas questões da educação de jovens adolescentes (Saavedra & Taveira, 2006; Saavedra, 2003) como para as mulheres em lugares de liderança (Nogueira, 2001), como para estudos sobre os discursos de profissionais de saúde acerca da violência de género (Azambuja, 2008), estudos sobre masculinidade (Marques, 2005; Santos, 2009) ou sobre as representações de mulheres na imprensa e televisão (Ribeiro, Cerqueira, & Cabecinhas, *no prelo*).

A preocupação com a mudança social, sendo um dos objectivos da psicologia feminista, reflecte-se não só na forma de realizar as pesquisas, como também numa preocupação, com a própria intervenção psicológica contribuindo para que os e as profissionais de psicologia e outros agentes educativos possam cada vez mais constituir-se como agentes de mudança social (Goodman, Liang, Helms, Latta, Sparks, & Weintraub, 2004). Esta é, contudo, um dos domínios em que a intervenção deste grupo tem sido menos extensiva, isto porque sendo um grupo ligado à Academia o seu maior objectivo é a investigação. Contudo, através das supervisões de estágios curriculares e da ligação à consulta psicológica têm-se conseguido concretizar alguns objectivos. Neste aspecto cinto-me sobretudo da experiência na Universidade do Minho e na qual se têm realizado algumas intervenções aos nível da intervenção comunitária e da intervenção no contexto escolar e da educação.

Na ligação às escolas tem-se priorizado a sensibilização de pais e professores para a forma como o género condiciona certas dimensões da aprendizagem e das escolhas vocacionais. No que me diz respeito, tenho pautado as minhas intervenções procurando que a psicologia vocacional não se centre excessivamente na responsabilização individual dos e das jovens e nos factores internos, procurando dar mais atenção ao sistema social que condiciona as escolhas, tendo presente que quando a noção de *empowerment* se limita a promover mudanças pessoais sem se dirigir à mudança das questões sociais, os objectivos são questionáveis (Blustein, McWhirter & Perry, 2005; Riger, 1993). Sem negar os benefícios de promover mudanças a título pessoal, importa também repensar as próprias formas de intervenção, de modo a que incluam acções que promovam mudanças nas práticas quotidianas, nas estruturas institucionais, nos sistemas sociais em geral e no sistema político (Cook, Heppner & O'Brien, 2002). Nesta linha de raciocínio tem-se pretendido ao nível da Consulta Experimental "Estudos de Género no Desenvolvimento e Construção da Carreira", integrada no Serviço de Consulta Psicológica e de Desenvolvimento Humano, criar um conjunto de actividades para alunas, alunos e diferentes agentes educativos que promovam a igualdade de

género. Tem-se procurado que nos programas de desenvolvimento vocacional, implementados nos quadros dos estágios curriculares, seja promovida a reflexão ao nível da construção da feminilidade e masculinidade, dos estereótipos de papéis de género, bem como a análise da forma como os papéis domésticos e familiares interferem nas escolhas. Mas tendo em conta que cada um ou cada uma não é um sistema isolado torna-se de crucial importância que outros agentes educativos sejam igualmente alvo de intervenção, nomeadamente os pais, professores e profissionais de psicologia. Neste sentido, têm-se realizado algumas actividades no sentido de sensibilizar pais e mães para o papel activo que detêm na socialização das suas e seus educandos e como podem passar a actuar de um modo mais emancipador através das rotinas diárias. No que diz respeito aos professores e professoras tem-se igualmente, conduzido algumas acções no sentido de leva-los a reflectir sobre o currículo oculto patente nos manuais escolares, na forma como reforçam determinadas expectativas de auto-eficácia e determinadas atribuições causais pelo modo como interagem a nível verbal e não verbal com as alunas e alunos. Foram, ainda feitas algumas tentativas, não muito conseguidas, de sensibilizar os docentes do ensino superior (sobretudo para aquelas áreas predominantemente frequentadas por rapazes e homens). É igualmente importante levar a cabo actividades que promovam a reflexão de modo a fornecerem modelos mais ajustados e evitarem linguagem e interações sociais sexista, dentro e fora da sala de aula. A este nível saliente-se que as próprias brochuras que fornecem informação sobre os cursos de Ensino Superior estão imbuídas de linguagem sexista ("os engenheiros", por exemplo, e nunca os "engenheiras e engenheiras") e que a própria definição das características e saídas profissionais dos cursos se apresenta bastante masculinizada.

CONCLUSÃO

Esta breve incursão sobre as mais recentes actividades do grupo de psicologia feminista em Portugal na Academia Portuguesa, deixa patente como a psicologia feminista neste País enfrenta inúmeras dificuldades e desafios. Trata-se de um grupo pequeno (é certo que Portugal é também um País bastante reduzido em dimensões físicas), o que dificulta a produção científica, a concretização de projectos e a publicação de artigos. Tendo em conta que os artigos ou livros publicados a nível nacional não se encontram organizados em bases de dados, por vezes desconhecemos as publicações uns dos outros e é mais frequente citarmos autores estrangeiros do que os nacionais. Por isso mesmo, penso que um dos

maiores desafios que neste momento enfrentamos será mesmo a de encontrar uma forma institucionalizada de organização e dar maior visibilidade à nossa atividade como grupo. Tendo em conta a recente criação da Ordem dos Psicólogos em Setembro de 2008, talvez fosse muito útil a criação de uma divisão dentro da mesma. Esta ou qualquer outra solução encontrada parece-me essencial e permitirá unir esforços a vários níveis e nomeadamente aumentar a nossa visibilidade a nível nacional e internacional, o que poderá contribuir para aumentar o nosso número ao criar um apoio institucional para os novos adeptos desta corrente de pensamento, investigação e acção. Talvez que na fase em que nos encontramos, uma certa tendência separatista face a outros grupos disciplinares, mesmo que em conjugação com algumas posturas mais integracionistas, que poderiam passar pela criação de um doutoramento interdisciplinar em estudos feministas, ajudasse a uma maior visibilidade e alargamento do grupo.

Referências Bibliográficas

- AMÂNCIO, LÍGIA & OLIVEIRA, JOÃO MANUEL (2006). Men as individuals, women as a sexed category. Implications of symbolic asymmetry for feminist practice and feminist psychology. *Feminism & Psychology*, 16, 35-43.
- AMÂNCIO, LÍGIA (2001). O género na psicologia: Uma história de desencontros e rupturas. *Psicologia*, XV, 9-26.
- (2002). O género na Psicologia Social em Portugal. Perspectivas actuais e desenvolvimentos futuros. *Ex aequo*, 6, 55-75.
- AZAMBUJA, MARIANA (2008). *Violência de género e os discursos circulantes nos cuidados de saúde primários*. Tese de doutoramento em Psicologia Social. Braga: Universidade do Minho.
- AZEVEDO, JOSÉ (1995). *Systemic-constructivist theory and the couple: theoretical and methodological study*. Dissertação de Doutoramento não publicada. Cardiff.
- BELO, MARIA, ALÃO, ANA PAULA, & CABRAL, IOLANDA NEVES (1987). O estado novo e as mulheres. In A. C. Pinto, A. Moreira, F. M. Costa, F. Rosas, J. Serra, J. M. B. Brito, N. S. Teixeira. *O estado novo: das origens ao fim da autarquia, 1926-1959*. Vol II. Lisboa: Fragmentos.
- BEM, SANDRA L. (1974). The measurement of psychological androgyny. *Journal of Personality and Social Psychology*, 42, 155-162.
- BLUSTEIN, DAVID L. (2006). *The psychology of working: A new perspective for career development, counseling, and public policy*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.

- BLUSTEIN, DAVID L., MCWHIRTER, E. H., & PERRY, J. C. (2005). An emancipatory communitarian approach to vocational development theory, research, and practice. *The Counseling Psychologist*, 33, 141-179.
- BORGES, MARIA ISOLINA P. (1986). História da Psicologia em Portugal (VII): antecedentes das Faculdades de Psicologia e Ciências da Educação. *Jornal de Psicologia*, 5, 1, 7-12.
- BRAYTON, JENNIFER (1997). *What makes Feminist Research Feminist? The Structure of Feminist Research within the Social Sciences*. Acedido em 4 Novembro 2008 em <http://www.unb.ca/web/PARL/win/femimethod.htm>.
- BROVERMAN, I. K., BROVERMAN, D. M., CLARKSON, F. E., & ROSENKRANTZ, P. S. (1972). Sex-roles stereotypes: a current appraisal. *Journal of Social Issues*, 28, 2, 58-78.
- BURMAN, ERICA (1998). Deconstructing feminist psychology. In E. Burman (Ed.), *Deconstructing feminist psychology*. (Pp. 1-29). London: Sage.
- BURR, VIVIAN (1995). *An introduction to Social Constructionism*. London: Routledge.
- CERQUEIRA, CARLA; RIBEIRO, LUIISA; CABECINHAS, ROSA (no prelo). Mulheres & blogosfera: contributo para o estudo da presença feminina na 'rede'. In *Ex Aequo*, nº19.
- CHODOROW, NANCY (1978). *The reproduction of mothering: psychoanalysis and the sociology of gender*. Berkeley: University of California Press Collin, 1991.
- COOK, ELLEN P., HEPPNER, MARY. J., & O'BRIEN, KAREN M. (2002). Career development of women of color and White women: Assumptions, conceptualization, and interventions from an ecological perspective. *The Career Development Quarterly*, 50, 291-305.
- CRAWFORD, MARY (1995). *Talking Difference: On gender and language*. London: Sage.
- CRAWFORD, MARY (1998). The reciprocity of psychology and popular culture. In E. Burman (Ed.), *Deconstructing feminist psychology* (pp. 61-89). London: Sage.
- EAGLY, ALICE H. (1987). *Sex differences in social behavior: A social-role interpretation*. N.Y.: Erlbaum.
- FERREIRA, SARA, SAAVEDRA LUIISA, & TAVEIRA, MARIA CÉU (2008, Junho). *O conflito família-trabalho: antecipar hoje para escolher amanhã!* Comunicação apresentada no Congresso Feminista, Lisboa.
- FERREIRA, VIRGÍNIA (2001). Estudos sobre as mulheres em Portugal: a construção de um novo campo científico. *Ex-Aequo*, 5, 9-26.
- GERGEN, KENETH J. (1982). *Toward transformation in social knowledge*. London: Sage.

- (2001). Psychological Science in a Postmodern Context. *The American Psychologist*, 56, 803-813.
- GILLIGAN, CAROL (1982). *In a different voice: psychological theory and women's development*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- GONÇALVES, ÓSCAR F. & ALMEIDA, LEANDRO S. (1995). Prática da psicologia em Portugal: passado, presente e perspectivas futuras. In Leandro S. Almeida, Manuel S. Araújo, Maria do Carmo Vila-Chã & Maria Helena Oliveira. *Áreas de intervenção e compromissos sociais do psicólogo*. (Pp. 4-13). Lisboa: APPORT.
- GOODMAN, L. A., LIANG, B., HELMS, J. E., LATTA, R. E., SPARKS, E. & WEINTRAUB, S. R. (2004). Training counseling psychologists as social justice agents: Feminist and multicultural principles in action. *The Counseling Psychologist*, 32 (6), 793-837.
- HALL, G. STANLEY (1904). *Adolescence: Its psychology and its relations to physiology, anthropology, sociology, sex, crime, religion, and education*. (Vols. 1-2). Norwalk, CT: Appleton-Century-Crofts.
- HARE-MUSTIN, RACHEL T. & MARECEK, JEANNE (1990a). Beyond difference. In R. T. Hare- Mustin & J. Marecek (Eds.), *Making a Difference: psychology and the Construction of Gender*. (Pp. 184-201). London: Yale University Press.
- (1990c). On making a difference. In R. T. Hare- Mustin & J. Marecek (Eds.), *Making a Difference: psychology and the Construction of Gender*. (Pp. 1-21). London: Yale University Press.
- (1990b). Gender and the meaning of difference. In R. T. Hare- Mustin & J. Marecek (Eds.), *Making a Difference: psychology and the Construction of Gender*. (Pp. 22-64). London: Yale University Press.
- JOAQUIM, TERESA (2001). Os estudos das mulheres em filosofia. *Ex-Aequo*, 5, 69-106.
- KAPLAN, GISELA (1992). *Contemporary western european feminism*. London: Allen & Unwin.
- KITZINGER, CELIA (1990). The rhetoric of pseudoscience. In I. Parker & J. Shotter (Eds.), *Deconstructing Social Psychology*. London: Routledge.
- LAMAS, ROSMARIE W. N. (1995). *Mulheres para além do seu tempo*. Lisboa: Bertrand.
- LEI N.º 57/2008. *Diário da República*, 1.ª série — N.º 171 — 4 de Setembro de 2008.
- MAGALHÃES, MARIA JOSÉ (2001). Dez anos de APEM: percorrer as vozes, significar os discursos. *Ex-Aequo*, 5, 27-68.
- MAGALHÃES, SARA, SAAVEDRA, LUÍSA, & NOGUEIRA, CONCEIÇÃO (2008, Junho). *A culpa é tua (e só tua)! Responsabilização social das adolescentes pelos comportamentos preventivos*. Comunicação apresentada no Congresso Feminista Português 2008, Lisboa.
- MARQUES, ANTÓNIO M. & AMÂNCIO, LÍGIA (2004). Medicina e masculinidade: da predominância numérica à dominação simbólica. In J. Vala, M. Garrido & P. Alcobia (Orgs.), *Percursos de Investigação em Psicologia Social e Organizacional*. (Pp. 201-220). Lisboa: Colibri.
- MARQUES, ANTÓNIO M. (2005). Os trabalhos da masculinidade – Culturas ocupacionais sob hegemonia masculina. In L. Amâncio. *Aprender a ser homem, construindo masculinidades*. (Pp. 29-50). Lisboa: Livros Horizonte.
- MEDNICK, MARTHA T. (1989). On the politics of psychological constructs: stop the bandwagon, I want to get off. *American Psychologist*, 44, 1118-1123.
- MOITA, GABRIELA (2006). A patologização da diversidade sexual: Homofobia no discurso de clínicos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, 53-72.
- MORAWSKI, JILL G. (1987). The troubled quest for masculinity, femininity and androgyny. In P. Shaver & C. Hendrick (Eds.), *Review of personality and social psychology: sex and gender*. (Pp. 44-69). New York: Sage Publications.
- NEVES, SOFIA (2003). Amor, Poder e Violência(s) contra as Mulheres: A importância do Género nas Relações Íntimas. *Psicologia: Teoria, investigação e prática*, 8, 133-144.
- (2008). As mulheres e os discursos genderizados sobre o amor: A caminho do “amor confluyente” ou o retorno ao mito do “amor romântico”? *Revista Estudos Feministas*, 15(3), 609-627.
- NOGUEIRA, CONCEIÇÃO (2000). Feminismo e psicologia social: contribuições para uma perspectiva crítica. In T. M. Toldy & J. C. Cardoso (Eds.), *A igualdade entre mulheres e homens na Europa às portas do século XXI*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- NOGUEIRA, CONCEIÇÃO (2001). *Um novo olhar sobre as relações sociais de género: feminismo e perspectivas críticas na psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- NOGUEIRA, CONCEIÇÃO, SAAVEDRA, LUÍSA & NEVES, SOFIA (2006). Critical (feminist) psychology in Portugal. Will it be possible? *Annual Review of Critical Psychology*, 5, Critical Psychology in a changing world: Contributions from different geo-political regions. Acedido em 24 Outubro de www.discourseunit.com/arcp/5.htm
- OLIVEIRA, JOÃO MANUEL (2002). *O Evangelho da Vida: Representações sociais do aborto no discurso da Igreja Católica Romana*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Organizacional. Lisboa: ISCTE.

- (2009). *Uma escolha que seja sua: uma abordagem feminista ao debate sobre a interrupção voluntária da gravidez em Portugal*. Dissertação de Doutoramento em Psicologia Social e Organizacional na especialidade de Teoria e Métodos da Psicologia Social. Lisboa: ISCTE.
- OLIVEIRA, JOÃO MANUEL, PENA, C. & NOGUEIRA, CONCEIÇÃO (1996). *Lesbian Feminism or Feminist Lesbians? – Portuguese Lesbians Speak Out. Feminism & Psychology*.
- PARKER, IAN (1992). *Discourse dynamics: critical analysis for social and individual psychology*. London: Routledge.
- POTTER, JONATHAN & WETHERELL, MARGARET (1987). *Discourse and Social Psychology*. London: Sage Publications.
- RIBEIRO, LÚISA, CERQUEIRA, CARLA & CABECINHAS, ROSA (1996). *A presença feminina na imprensa regional. X Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais-Sociedades Desiguais e Paradigmas em Confronto*, Universidade do Minho.
- RIGER, STEPHANIE (1993). *What's wrong with empowerment? American Journal of Community Psychology*, 21, 279-292.
- ROSE, NIKOLAS (1999). *Powers of Freedom: reframing political thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- RUWER, M., NOGUEIRA, C. & SAAVEDRA, L. (2007). *Feminismo(s) e psicologia em Portugal*. *Psico*, 38, 3, 207-215.
- SAAVEDRA LÚISA (2003). *Inteligência e construção de identidades na escola: análise crítica de discursos sobre resultados académicos em alunas de diferentes classes sociais*. *Revista Galego-Portuguesa de Psicologia e Educação*, 8, 10, 2374-2386.
- SAAVEDRA, LÚISA & TAVEIRA, MARIA CÉU (2007). *Discursos de adolescentes sobre a vida profissional e familiar: entre o sonho e a realidade*. *Educação & Sociedade*, 28 (101), 1375-1391.
- SAAVEDRA, LÚISA (2001). *Voices de sucesso, vozes (silenciadas) de fracasso: género e classe social na escola*. Dissertação de Doutoramento. Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.
- SANTOS, LÚIS (2009). *Tornar-se homem: Dramaturgias em torno das apresentações de si, das emoções e dos afectos em palco offline e online*. Tese de doutoramento em Psicologia Social. Braga: Universidade do Minho.
- SCHULTZ, DUANE P. & SCHULTZ, SYDNEY ELLEN (1992). *A history of modern Psychology*. London: Harcourt Brace Janovitch College Publishers.
- TAVARES, MANUELA (2000). *Movimentos de mulheres em Portugal: décadas de 70 e 80*. Lisboa: Livros Horizonte.

- UNGER, RHODA (1998). *Resisting gender: Twenty-five years of feminist psychology*. London: Sage.
- WILKINSON, SUE (1988). *The role of reflexivity in feminist psychology*. *Women's Studies International Forum*, 11, (5), 493-502.
- (1997). *Feminist psychology*. In: D. Fox & I. Prilleltensky (Eds.), *Critical psychology: An introduction*. (Pp. 247-264). London: Sage.
- WILLIG, CARLA (2003). *Discourse analysis*. In Jonathan A. Smith (Ed.), *Qualitative psychology: a practical guide to research methods*. (Pp. 159-183). London: Sage.
- WOOD, L.A. & KROEGER, R.O. (2000). *Doing discourse analysis: methods for studying action in talk and text*. London: Sage.